



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
O Marxismo na América Latina			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Luis Felipe Aires Magalhães	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Mestrando
COAUTOR 2			
Isabella Duarte Pinto Meucci	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Graduanda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Há uma rica tradição marxista em nosso continente que se inicia ainda ao final do século XIX, quando o argentino Juan Justo traz a primeira tradução ao espanhol de <i>O Capital</i>. Nos anos seguintes, não apenas a produção teórica de intelectuais como o chileno Luís Emilio Recabarren e o peruano José Carlos Mariátegui (divisor de águas no marxismo latino-americano), mas também a luta socialista de Sandino e Farabundo Martí, contribuíram enormemente para a organização dos trabalhadores e a criação dos primeiros partidos de classe. Nas décadas seguintes, esses partidos, muitos dos quais associados a III Internacional Socialista, vinculam suas teses a da revolução etapista e, se por um lado obstaculizam o marxismo criativo na América Latina, por outro criam as condições para o surgimento do marxismo renovado dos anos 1960 e 1970 por meio de uma ruptura. Buscaremos, neste trabalho, resgatar essa tradição, dando especial atenção aos seus primeiros anos de história.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
América- Latina; pensamento marxista			
ABSTRACT			
<p>There is a rich Marxist tradition in our continent that still starts at the end of the nineteenth century, when the Argentine Juan Justo brings the first Spanish translation of <i>The Capital</i>. In subsequent years, not only the theoretical production of intellectuals like Luis Emilio Recabarren and Jose Carlos Mariátegui (watershed in Latin American Marxism), but also the socialist struggle of Sandino and Farabundo Martí, contributed greatly to the organization of workers and the creation of the first class parties. In the following decades, these parties, many of which associated with the Third International Socialist, link their theses to the steps revolution, on the one hand hinder creative Marxism in Latin America, on the other create the conditions for the emergence of a renewed Marxism on years 1960 and 1970 through a break. In this article, we seek to rescue this tradition, with special attention to her first years of history.</p>			
KEYWORDS			
Latin América; marxism thought			

1. Introdução

Este texto tem como objeto de reflexão o período germinal do marxismo na América Latina, seus principais expoentes, os fundamentos de suas concepções teóricas sobre o desenvolvimento capitalista na região, as principais contribuições de suas análises para o desenvolvimento do marxismo latino-americano enquanto perspectiva teórica e metodológica de estudo e transformação da realidade através da organização dos trabalhadores, e as críticas e reparos que podem ser feitas a estas concepções. Através da identificação do elemento que lhes é comum – o ponto de vista anti-

imperialista – analisamos a atualidade deste tema, a forma com que ele está presente nas principais teorias do desenvolvimento econômico e social de nosso continente – aquela prescrita pelos Partidos Comunistas vinculados à III Internacional Socialista, a da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a desenvolvida pela Teoria Marxista da Dependência – e seu significado atual para o marxismo latino-americano.

São, estes, dois momentos indissociáveis de nosso artigo, através do qual procuramos evidenciar a importância para o marxismo latino-americano e a atualidade crítica de intelectuais como José Martí, Mariátegui, Luís Emílio Recarraben e Julio Antonio Mella.

2. A Formação do Marxismo na América Latina

A primeira edição de *O Capital* foi publicada em 1867, mas sua primeira tradução para o espanhol só ocorreu quase trinta anos depois, em 1895. É, portanto, com quase três décadas de atraso que nosso continente se encontra com a obra fundamental do pensamento marxista. Essa publicação inaugura uma rica tradição marxista na América Latina, tendo como seu responsável o argentino Juan B. Justo (1865-1928) – médico e fundador do Partido Socialista Argentino (1896). A tradução de Justo possibilitou uma expansão do pensamento marxista por meio da difusão dessa obra em grande parte do continente latino-americano. No entanto, apesar da importância dessa tradução, as teses defendidas por Justo, em seus próprios livros, não contribuem da mesma forma para a construção do pensamento marxista na América Latina. Segundo Löwy (1999), Justo poderia ser considerado um dos primeiros difusores do marxismo latino-americano se seus escritos não estivessem tanto associados a Marx quanto a uma sociologia positivista.

A obra de maior relevância escrita por Justo é *Teoría y práctica de la historia* (1909), uma combinação de teses marxistas, liberais e positivistas. A visão evolucionista de Justo foi muito influenciada pelas idéias de Eduard Bernstein, além da incorporação das análises de Comte e Spencer. De acordo com Di Tella (1998), o enfoque teórico do socialista argentino estava baseado em um determinismo econômico, embora considerasse essencial a organização em estruturas disciplinadas democráticas e imbuídas de moralidade elevada para que se pudesse progredir historicamente. O pensador argentino concebia o socialismo como resultado necessário do progresso político e do desenvolvimento democrático das instituições.

José Aricó (1999), ao analisar as hipóteses de Juan Justo, acredita que o autor recorreu à tradição marxista não em busca de um método, mas como fonte de interpretação da história radical,

assentada em bases materiais progressistas, convocando os trabalhadores a serem protagonistas políticos. Segundo Aricó (1989), Justo buscou manter uma relação crítica com o marxismo, definindo a si mesmo e ao próprio partido como socialistas que encontravam em Marx – e também em outros pensadores – um conjunto de idéias e propostas úteis para realizar o propósito pelo qual dedicaram toda sua capacidade crítica e sua vontade de luta. Esse propósito era criar um movimento socialista que, sintetizando conhecimentos da ciência e da experiência, constituísse um guia para que se alcançasse o objetivo final de uma sociedade socialista.

Para Justo, um movimento socialista efetivo deveria contar com um sólido apoio da classe operária. No entanto, a emancipação do proletariado não consistia em um mero ato de conquista do poder por parte dos socialistas, mas sim em um resultado de um processo de luta social em que a classe operária aprenderia a organizar-se e a governar uma sociedade nova.

Apesar de conceber os trabalhadores como protagonistas políticos e afirmar que a organização da classe operária seria um fator primordial para a concretização do socialismo, as teses de Justo apresentam certas particularidades que o afastam de um pensamento marxista. Primeiramente, o autor recusa a dialética como metafísica, afirmando:

(...) se Marx e Engels alcançaram resultados tão expressivos isso não se deveu à dialética hegeliana, mas ocorreu a despeito dela. As armadilhas dessa maneira de pensar (são responsáveis por) alguns dos seus erros factuais. (JUSTO, 1998, p.11)

Outras teses marxistas também são recusadas por Justo, que considera a mais-valia uma alegoria, focaliza a circulação da produção e não suas relações, não opera com a noção de totalidade e não identifica um antagonismo entre capital e trabalho. Dessa forma, para o autor, as crises não são estruturais e a via do socialismo é democrática e pacífica, assentada em um partido operário: “A ação política do trabalhador caracteriza-se e adquire nova força ao se instituir o partido operário para sustentar, no terreno legal, a moderna luta de classes” (JUSTO, 1998, p.138).

No entanto, não são as particularidades de Justo em relação ao marxismo que tornam suas análises problemáticas. Do ponto de vista ideológico, o limite da análise de Justo está na ausência de uma visão crítica do imperialismo, bem como do padrão de luta de classes na Argentina (SANTOS, 2011). Löwy (1999), também ressalta que as teses de Justo foram criticadas pela maioria dos marxistas argentinos porque pareciam estar associadas a uma semi-apologia do imperialismo, além de representarem uma radical incompreensão da questão nacional na América Latina.

A entrada de *O Capital* na América Latina se dá, portanto, dentro de um marco ideológico não propriamente marxista, mas permeado por elementos evolucionistas próprios do pensamento intelectual de Juan Justo. A contradição existente entre os postulados marxistas de organização da classe operária para a superação da estrutura de classes e a crença subjetiva de que o crescimento quantitativo mesmo da classe trabalhadora daria conta, por si só, de fazer evoluir naturalmente o sistema capitalista rumo ao socialismo (crença presente em toda a produção intelectual de Justo e, por consequência, em sua atuação política) deflagraria uma tensão, não apenas teórica, mas sobretudo prática, que exigiria de Justo uma definição política mais concreta. A aproximação com o revisionismo de Eduard Bernstein, a criação do Partido Socialista argentino em 1896 e a entrada cada vez maior de Justo na política eleitoral argentina foram os principais fatores deflagradores da limitação revolucionária (relacionada diretamente com as crenças evolucionistas e a presença decisiva de elementos positivistas no ideário socialista de Justo) do projeto de Justo para a classe trabalhadora argentina. Atualmente, este projeto é reconhecido na Argentina, pela explicitação de suas contradições e seus rumos frentistas, como socialismo traidor.

Contrário ao reformismo e à via pacífica para o socialismo, defendidos por Justo, outro pensador marxista surge nesse momento. Luis Emilio Recabarren (1876-1924), dirigente operário e educador, foi o fundador do Partido Obreiro Socialista do Chile em 1912, que em 1922 se transformou em Partido Comunista, seção chilena da III Internacional. Recabarren representa a corrente revolucionária do movimento socialista nascente no continente (LÖWY, 1999). Entre 1916 e 1918, Recabarren atuou também no Partido Socialista Argentino, opondo-se à tendência reformista de Juan Justo e pouco tempo depois participou da fundação do Partido Socialista Internacional, futuro Partido Comunista Argentino.

O líder trabalhista foi influenciado, em grande medida, pela Revolução Russa. Após o triunfo da Revolução de Outubro, Recabarren se voltou para o bolchevismo e para o pensamento revolucionário. Em seus escritos e discursos, a questão da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores é central, sendo que o único resultado histórico possível seria a revolução socialista e o poder revolucionário.

Ao escrever sobre o centenário da Independência do Chile, em uma conferência de 1910, o dirigente ressalta que a emancipação do povo chileno ainda não ocorreu. Dessa forma, não haveria motivo para se comemorar uma Independência que não foi capaz de dar ao povo nem a pátria e nem a liberdade almejadas:

A data gloriosa da emancipação do povo ainda não chegou. As classes populares ainda vivem escravizadas, presas à ordem política com as correntes do salário, que é sua miséria; à ordem política, com as correntes da coerção, da fraude e da intervenção, que anula toda ação, toda expressão popular; e à ordem social, com as correntes de sua ignorância e de seus vícios, que as anulam e não permitem que sejam consideradas úteis para a sociedade em que vivemos. (RECARBARREN, 1910 apud LÖWY, 1999, p.73)

A análise de Recabarren representa uma das primeiras tentativas marxistas de compreensão do processo de emancipação das colônias espanholas na América e de seus resultados para o povo trabalhador. De uma forma geral, a formação do pensamento marxista chileno encontra em Recabarren não apenas uma figura teórica e política de fundamental importância, mas também o exemplo concreto de que a construção ideológica de projeto de transformação econômica e social das condições do proletariado deve partir exatamente deste proletariado, ser produção intelectual autônoma deste. É segundo esta tradição marxista chilena que Recabarren não pode ser entendido senão no movimento concreto das classes trabalhadoras do país.

O surgimento e desenvolvimento do proletariado chileno foi diretamente condicionado pela generalização das relações de produção do tipo capitalistas nos mais diversos setores da economia chilena. O setor em que se desenvolveu mais fortemente (e, conseqüentemente, em que o trabalhador estava submetido ao regime de exploração mais brutal e violento) foi o setor mineiro do salitre. Sobre esta dialética, Luís Vitale, importante historiador marxista chileno, considera que “o enclave salitreiro foi a principal fonte de acumulação de capital das empresas imperialistas mas, ao mesmo tempo, esta super-exploração gerou o setor mais combativo do proletariado chileno” (VITALE, 1980, p.37). A organização dos trabalhadores chilenos intensificou-se a partir da Convenção Nacional das Mancomunales, realizada em 1904. A disposição dos trabalhadores em grêmios permitiu-lhes maior poder de centralização e solidariedade nas greves. Pressionada, a burguesia rapidamente organiza seu aparato repressivo às greves, através da criação de um grupo para-militar jovem de repressão aos movimentos grevistas e sociais, as chamadas Guardas Brancas: “estas Guardas Brancas, que haviam começado a organizar-se em várias cidades e centros mineiros, atuaram com presteza em defesa do Estado burguês e de seus interesses de classe (...). Se procedeu assim a organização da Guarda da Ordem, composta em sua totalidade por 300 jovens das altas classes sociais” (VITALE, 1980, p.46), responsáveis por intensos massacres a cada greve e paralisação dos trabalhadores chilenos no início do século XX. Recabarren viveu o calor desta ordem repressiva do Estado sobre os trabalhadores em processo de organização. Especialmente importante para o processo de amadurecimento intelectual e político que lhe transformou na principal figura da formação do marxismo no Chile foi a organização obreira e o massacre dela

decorrente de Santa María de Iquique. A reivindicação dos trabalhadores era de que, diante da forte escalada inflacionária que reduzia o poder de compra do salário, a remuneração se desse em ouro, que mantinha o seu valor de face. Pediam ainda melhores condições de trabalho nas minas e assistência médica regular. É do próprio Recarraben o relato da dinâmica econômica que impunha transferências de riqueza dos trabalhadores aos capitalistas:

Os obreiros do salitre fizeram ver a seus patrões que seu salário, em bilhetes chilenos, haviam diminuído a quase a metade no breve espaço de três anos, e a ainda menos que a metade tomando em conta a elevação do preço da vida. O obreiro que ganhava cinco pesos ao dia com o câmbio de 16 peniques em 1904 e que em 1907 ganhavam os mesmos cinco pesos com um câmbio já de quase 8 peniques, indubitavelmente seu salário estava rebaixado à metade e mais ainda [...]. Reconhecida esta exploração por quase todos os trabalhadores do salitre, solicitaram de seus patrões o cumprimento de um convênio existente por meio do qual os capitalistas se obrigavam a elevar os salários quando o câmbio internacional houvesse baixado de 14 peniques (RECARRABEN, apud VITALE, 1980, p.47).

Esta reivindicação concreta culminou em um conjunto de greves mineiras na região salitreira chilena. Piquetes foram organizados e grande parte da produção de salitre no Chile, a principal fonte de divisas de exportação do país, foi paralisada. A repressão levada a cabo pelo Estado foi brutal: o Estado de Sítio é declarado pelo então presidente Pedro Montt a 20 de Dezembro de 1907. A Guarda da Ordem foi convocada e o total de mortos se situou entre 2.000 e 2.500 pessoas. Recabarren presenciou esta brutal repressão do Estado, percebendo de imediato a necessidade de organizar os trabalhadores a despeito da ordem repressiva.

É assim que, ao dia 18 de Setembro de 1909, foi fundada a Federação Obreira de Chile, chamada comumente de “La Gran Foch”. Do seio da FOCH se gerou uma corrente de esquerda chamada de Partido Obreiro Socialista (POS), fundada por Luis Emílio Recabarren em 6 de Junho de 1912. Na III Convenção Nacional, realizada em Concepción, o POS conquista a direção da FOCH, manifestando em seu programa uma carta de princípios com conteúdo fortemente classista e revolucionário. “A transformação da FOCH em um órgão classista se deu em um contexto de ascenso geral do movimento obreiro chileno, influenciado pelo triunfo da Revolução Russa e do processo da Revolução Mexicana, cuja repercussão sobre a vanguarda obreira latino-americana não tem sido ainda devidamente valorizada” (VITALE, 1980, p.54).

Neste processo de organização dos trabalhadores em uma federação obreira e, a partir daí, em um partido socialista de trabalhadores, Recarraben deparou-se com a problemática participação da fração anarquista dos trabalhadores chilenos. De uma forma geral, a forma partido de

organização dos trabalhadores diante da repressão do Estado chileno soube agrupar as aproximações políticas entre socialistas e anarquistas, ao passo que assegurava, pela FOCH, um importante espaço de atuação da vertente anarquista: “Não se pode desconhecer que os anarquistas contribuíram para formar as primeiras organizações classistas e criar uma consciência anti-capitalista, que foi logo canalizada pelos partidos obreiros” (VITALE, 1980, p.56). Sua inserção dentre os trabalhadores fora inicialmente limitada e restrita pela existência de um partido de ideologia marxista, com Recabarren à frente. Este, por sua vez, foi um dos grandes responsáveis pela formação de uma teoria marxista da revolução a partir das condições concretas da realidade chilena, colocando-se ao lado de expoentes teóricos do marxismo latino-americano como Ponce e Mariátegui.

Somando-se à tradição latino-americana do marxismo, surge em Cuba uma figura frequentemente encontrada na história social da América Latina: um estudante, jovem intelectual revolucionário que encontra no marxismo uma resposta para sua paixão pela justiça social (LÖWY, 1999). Julio Antonio Mella (1903-1929) foi o primeiro exemplo dessa figura, fundador do Partido Comunista Cubano (1925) e um dos primeiros marxistas latino-americanos a analisar o fenômeno da dominação imperialista sobre os países do continente:

Um bom país burguês com um governo estável, isso é o que os Estados Unidos querem em cada nação da América, um regime em que as burguesias nacionais sejam acionistas menores das grandes empresas. Em troca, concedem-lhes o privilégio de ‘governar’, de ter hinos, bandeiras e até exércitos. (MELLA, 1928 apud LÖWY, 1999, p.100-101).

Em 1923, Mella funda em Cuba a Universidade Popular José Martí, com o propósito de conceder instrução política e acadêmica aos trabalhadores, vinculando a universidade com as necessidades dos oprimidos. Dessa forma, pode-se notar que o marxismo desse jovem autor adquire características específicas de sua região de origem. A influência do cubano José Martí (1853-1895), que analisava criticamente o imperialismo norte-americano, possibilitou a incorporação dessa problemática nas análises de Julio Mella. Através da influência de Martí e dos pressupostos marxistas, o jovem revolucionário cubano compreendeu a dominação imperialista na América Latina, analisando suas relações com ditaduras locais e pensando a atuação estratégica do movimento operário. Sua importância ao marxismo latino-americano exige um parêntese histórico neste trecho de nossa análise.

A formação da figura histórica de Martí está intimamente relacionada à luta pela libertação de Cuba do domínio colonial da Espanha, do jugo pesado imposto pelas elites oligárquicas do país

e da presença imperialista dos Estados Unidos na ilha. É entre estes processos históricos que se situa José Martí, sendo a marca de sua crítica rigorosa ao imperialismo presente até os dias atuais não apenas em Cuba como em toda a América Latina. Quais as origens deste pensamento e em que medida ele foi apropriado pelo nascente marxismo latino-americano são aspectos indispensáveis de qualquer reflexão sobre a própria originalidade do marxismo em nosso continente.

Martí foi, seguramente, o primeiro intelectual latino-americano a perceber, de uma forma acurada, não meramente especulativa, a natureza da imensa desigualdade existente entre a formação social norte-americana e a formação social dos países latino-americanos. Não somente sua vivência na América Central e no Caribe, mas também sua estadia nos Estados Unidos foram decisivas para a compreensão de que a natureza rica e próspera da sociedade norte-americana derivava, em grande medida, do subdesenvolvimento e da miséria da América Latina. Em outras palavras, a enorme desigualdade existente entre as duas Américas tem uma natureza dialética: a riqueza dos Estados Unidos provem da exploração direta da América Latina e da transferência da riqueza desta para as empresas e o Governo norte-americanos. Soma-se a esta constatação o desvelamento dos mecanismos comerciais e financeiros desta transferência de riquezas, o entendimento da íntima relação de subordinação das classes dirigentes locais com os interesses norte-americanos e a função justificadora e conformadora cumprida pelos jornais como instrumentos ideológicos da ordem estabelecida. Em síntese, Martí desvelou os mecanismos básicos da atuação imperialista em nosso continente, lançando os fundamentos do pensamento anti-imperialista que seriam absorvidos e renovados por Mella e Mariátegui – e que marcarão decisivamente todo o marxismo latino-americano. Um importante momento desta constatação foi a participação de Martí na Conferência Internacional Americana e, dentro desta, no Congresso de Washington. Reunidos os representantes oficiais de cada país latino-americano nos Estados Unidos para discutir questões comerciais, financeiras e monetárias, e presentes empresas norte-americanas oferecendo, como o próprio Estado norte-americano, benesses e múltiplos benefícios pessoais em troca da entrega indiscriminada de recursos físicos e naturais e do acesso privilegiado aos mercados nacionais de cada país latino-americano. O que Martí percebe, enfim, é o mecanismo econômico e político da expansão do capital financeiro como expressão máxima da presença imperialista norte-americana no continente.

Mas Martí não se contentou com o desvelamento dos mecanismos básicos de funcionamento do imperialismo na América Latina: passou a dedicar sua vida à tarefa de alterar esta realidade, através da luta pela libertação de Cuba e de toda a América Latina do domínio imperialista. Ainda exilado nos Estados Unidos, em decorrência da guerra entre Espanha e Estados Unidos em pleno solo cubano, Martí participa da criação do Partido Revolucionário Cubano, em 1892, passando a desenvolver intensa atuação política na imprensa latino-americana por meio do periódico *La Nación*

Los insurgentes cubanos iniciaron esta campaña por la independencia desde República Dominicana y desembarcaram em la costa sur de Cuba, movilizandoo a los sectores populares: antiguos libertos, pequeños productores y grupos urbanos. A diferencia de la Guerra de los Diez Años, em esta segunda etapa independentista no participaron los grandes hacendados azucareros. En la contienda se incendiaron ingenios y cañaverales.

Entre 1895 y 1896 murieron en combate o en emboscadas de las tropas españolas líderes como Moncada, Martí y Antonio Maceo (GALLEGO et al, 2006, p.137 e 138).

O referencial histórico de luta anti-imperialista e de libertação nacional rumo a um projeto de integração latino-americana sob a hegemonia das classes trabalhadoras, já definidas por Martí como responsáveis pela revolução social do continente, tem influenciado desde a morte de Martí a esquerda latino-americana, transformando-se em um ponto chave da história das lutas populares e da organização dos trabalhadores de nosso continente. O projeto de Mella (como, de uma forma geral, todos os projetos socialistas latino-americanos do século XX) não pode ser entendido em sua integralidade sem o devido resgate da figura histórica de José Martí – e da importância deste para o marxismo latino-americano.

As teses de Mella propõem a união de todos os trabalhadores, dos camponeses, estudantes e intelectuais independentes na formação de uma frente antiimperialista. Para esse autor, a burguesia cubana não deveria ser incluída nesse processo porque era cúmplice da dominação imperialista. O antiimperialismo era reforçado pelo nacionalismo e pela defesa da libertação nacional cubana. No entanto, a luta pela destruição do imperialismo não era apenas nacional, mas sim internacional. Somente pela abolição do capitalismo – a causa do imperialismo – é que nações verdadeiramente livres poderiam existir (LÖWY, 1999).

Para Mella, a classe operária possuía a tarefa histórica de libertar a América Latina do domínio imperialista através de uma revolução:

Em sua luta contra o imperialismo – o ladrão estrangeiro – as burguesias – os ladrões nacionais – unem-se ao proletariado, boa bucha de canhão. Mas acabam compreendendo que é melhor se aliarem ao imperialismo, que no fim das contas tem o mesmo interesse. De progressistas, transformam-se em reacionários. As concessões que faziam ao proletariado para tê-lo ao seu lado, são traídas quando este, em seu avanço, se transforma em um perigo tanto para o ladrão estrangeiro quanto para o nacional. Daí a gritaria contra o comunismo (...) Para falar concretamente: libertação nacional absoluta, o proletariado só obterá por meio da revolução operária. (MELLA, 1928 apud LÖWY, 1999, p.100-101).

Julio Mella estudou direito na Universidade de Havana, mas foi expulso e preso em 1925. Por pressões nacionais e internacionais por sua libertação, Mella foi exilado no México, onde escrevia para diversos jornais e continuava sua luta revolucionária marxista. No entanto, em 1929, o jovem foi assassinado por ordens do ditador cubano Gerardo Machado. O marxismo latino-americano perdeu Mella muito jovem, mas ainda na metade dos anos 1920 surgiria um dos maiores expoentes do pensamento marxista do continente: José Carlos Mariátegui (1894-1930).

Em 1919, Mariátegui tornou-se socialista, descobrindo o marxismo e o comunismo durante um período em que esteve na Europa (1920-1923). Segundo Florestan Fernandes (1975), não foi o marxismo que levou Mariátegui à Revolução, mas sim sua inquietação intelectual e seus anseios políticos revolucionários, intrinsecamente peruanos embora universalizados, que o levaram ao marxismo.

Ao retornar ao Peru, o escritor peruano se integrou a movimentos de trabalhadores e participou do estabelecimento de sindicatos de trabalhadores industriais e agrícolas. Em 1924, o autor escreve o ensaio *Problema primário do Peru*, no qual analisa o problema indígena, descoberta que assinala o ponto de partida de uma nacionalização de seu discurso e de uma refundação de seu marxismo (ARICÓ, 1989).

Em 1926, Mariátegui fundou a revista *Amauta*. Para Aricó (1989), o grupo formado em torno da fundação dessa revista compreendeu, mais do que qualquer outro na América que, para solucionar os problemas apresentados por uma realidade irreduzível à visão marxista tradicional, era preciso discutir os pressupostos em que esta se baseava. De acordo com Aricó (1989), o que acontecia no Peru, naquele momento, era a produção de um marxismo que poderia ser verdadeiramente chamado de “latino-americano”.

O marxista peruano também participou da fundação do Partido Socialista Peruano em 1928, mesmo ano em que publica um de seus livros mais importantes: *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. Um homem de ação, centrado em uma forte elaboração teórica, Mariátegui elabora em seus *Sete Ensaios* uma primeira tentativa de análise marxista de uma formação social latino-americana (LÖWY, 1999).

A nacionalização do discurso marxista de Mariátegui está relacionada ao problema indígena, analisado por meio de uma perspectiva de classe, possibilitando sua introdução numa proposta socialista revolucionária. O problema do índio era o problema da terra e não simplesmente o das nacionalidades oprimidas. Essa análise permite uma transformação em todo o discurso marxista

oficial, pois a força social indígena é entendida como estratégica para qualquer projeto socialista de mudança:

Todas as teses sobre o problema indígena, que o ignoram ou dele se esquivam como problema econômico social, não passam de estéreos exercícios teóricos condenados a um total descrédito (...) na prática só serviram para ocultar ou desfigurar a realidade do problema. A crítica socialista o descobre e explica porque busca suas causas na economia. A questão indígena emerge de nossa economia, suas raízes estão no regime da propriedade da terra. (MARIÁTEGUI, 1975, p.21-22).

A inovação de Mariátegui está presente nessa concepção do problema indígena, que não é visto como étnico, moral ou educacional, mas sim como econômico e social. O problema indígena não está relacionado à raça, pois não é ela que desperta uma idéia emancipadora, mas sim a posição social e econômica do índio que, naquele momento, o tornam potencialmente revolucionário.

As possibilidades de que o índio se eleve material e intelectualmente dependem da mudança das condições econômico-sociais. Não estão determinadas pela raça, mas pela economia e pela política. A raça, por si só, não despertou nem despertaria o entendimento de uma idéia emancipadora (...) O que assegura sua emancipação é o dinamismo de uma economia e de uma cultura que trazem em suas entranhas o germe do socialismo. (MARIÁTEGUI, 1974, p.31).

Para Bosi (1990), Mariátegui afasta qualquer vínculo entre o significado da presença indígena no Peru e o conceito de raça. Para um intelectual latino-americano que nasceu no fim do século XX, essa é uma atitude metodológica louvável. Ao analisar a questão indígena, o autor peruano ressalta o comunismo incaico presente no Peru antes da presença do colonizador espanhol. Esse colonizador exterminou o comunismo incaico e promoveu a concentração das terras peruanas, deixando o índio sem terras, e em uma situação econômica e social que o levaria a uma atitude emancipadora.

As tradições incaicas coletivistas foram vistas por Mariátegui como um elemento favorável ao desenvolvimento do comunismo entre as massas camponesas. No entanto, sua admiração pelo passado não o leva a uma concepção “restauracionista”, pois ele reconhece o caráter irreversível de certas conquistas ocidentais. Segundo Löwy (1999), seria injusto considerar Mariátegui como populista, visto que a condição de passagem para o socialismo continuava sendo a hegemonia política do proletariado.

Em *Sete Ensaios*, Mariátegui reafirma o problema do índio como problema da terra, além de fazer emergir de modo inédito o problema da nação peruana. Segundo Aricó (1989), não se trata mais da libertação de uma nação irredenta nem da autodeterminação de uma nacionalidade oprimida, mas de uma incorporação democrática das massas marginalizadas em um processo constitutivo da nacionalidade, que deveria necessariamente fundir-se com um projeto socialista. Essa concepção se afasta completamente da forma como a Terceira Internacional entendia a questão nacional, libertando Mariátegui do evolucionismo stalinista, que foi disseminado na América Latina no fim dos anos de 1920.

Afastando-se de uma versão rígida e determinista de uma revolução por etapas históricas, Mariátegui acreditava que as burguesias nacionais latino-americanas haviam chegado tarde demais à cena histórica. Dessa forma, a revolução latino-americana só poderia ser uma revolução socialista, que incluía objetivos agrários e antiimperialistas:

A revolução latino-americana será, nem mais nem menos, uma etapa, uma fase da revolução mundial. Será simples e puramente a revolução socialista. A esta palavra acrescentai, conforme os casos, todos os adjetivos que queirais: “antiimperialista”, “agrária”, “nacionalista revolucionária”. O socialismo pressupõe, antecede, abrange a todos.

À América do Norte, plutocrática, imperialista, só é possível contrapor eficazmente uma América Latina ou Ibero, socialista (...) Os países latino-americanos chegam atrasados à concorrência capitalista. Os primeiros lugares já foram definitivamente atribuídos. O destino desses países, na ordem capitalista, é o de simples colônias. (MARIÁTEGUI, 1929 apud LÖWY, 1999, p.112).

Para Mariátegui, uma revolução socialista no continente seria a única alternativa ao domínio do imperialismo norte-americano. Para além das fronteiras do Peru, o autor inclui toda a América Latina em sua análise, observando que a interdependência e a solidariedade dos povos eram, naquele tempo, consideráveis. O socialismo, ainda que não fosse uma doutrina indo-americana, também não era especificamente europeia, representava um movimento mundial do qual não se excluía nenhum país que atuasse na órbita da civilização ocidental.

Segundo Löwy (1999), muitas foram as críticas a Mariátegui. O pensador peruano foi acusado de eurocentrismo por seus adversários e de populismo nacional por certos autores soviéticos. Na verdade, seu pensamento caracteriza-se por uma fusão entre aspectos mais avançados da cultura europeia e tradições milenares da comunidade indígena em uma tentativa de assimilar a experiência social das massas camponesas em uma reflexão teórica marxista. Para Bosi (1990), é

essa flexibilidade com que Mariátegui trabalhava a herança marxiana que lhe dava uma amplitude de um olhar político raro para seu tempo.

3. O Ponto de vista anti-imperialista e as teorias do desenvolvimento na América Latina

Algo que esteve presente, em maior ou menor medida, nas reflexões dos intelectuais estudados acima, foi a análise do imperialismo na América Latina, e a atuação decisiva deste no subdesenvolvimento latino-americano. Da crítica ao atraso oligárquico à constatação da natureza específica do capitalismo latino-americano infere-se um longo período de desenvolvimento e renovação do pensamento marxista no continente. Este processo de amadurecimento do marxismo latino-americano não se deu de forma linear, senão que esteve propenso à retrocessos dogmatizantes, apriorismos e interpretações mecanicistas. Sua forma de amadurecimento teórico e metodológico dá-se, sim, por meio das diferentes teorias de desenvolvimento econômico e social da América Latina. Vejamos quais as principais características destas teorias do desenvolvimento e em que medida elas contribuíram para o pensamento marxista no continente e a crítica ao imperialismo.

3.1 Teoria do Desenvolvimento dos Partidos Comunistas vinculados à Terceira Internacional Socialista.

A partir do final dos anos 1920, mas mais especialmente ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, com o domínio da posição stalinista na União Soviética e a tentativa de Moscou de justificar enquanto marxista a ideologia dominante da burocracia do Comitê Central soviético, os ainda nascentes Partidos Comunistas da América Latina adotam a política difundida pela III Internacional Socialista, aderindo à sua teoria da revolução socialista por etapas e transpondo para nosso continente um esquema teórico e metodológico construído sobre uma realidade econômica e social que não a nossa. Na tarefa de aproximar a realidade histórica latino-americana daquela que fora objeto da teoria da revolução por etapas, os partidos comunistas latino-americanos vinculados à III Internacional identificaram em nossa estrutura social e econômico restos feudais e a existência de uma burguesia comercial que, contrariamente à burguesia nacional, vincula-se com a oligarquia e com o imperialismo em sua manutenção do domínio de classes do capitalismo latino-americano. Em outras palavras, os restos feudais (estrutura agrária de base latifundiária, trabalho servil e mesmo permanência do trabalho escravo, monocultura de exportação) e a burguesia comercial (preocupada na preservação de suas relações de dominação e não no desenvolvimento econômico e

industrial de seu país) seriam as bases, segundo esta teoria do desenvolvimento, do atraso reinante na América Latina – e de sua posição subordinada no mercado mundial. Para a superação destas bases, seria necessário um conjunto de transformações sucessivas para, primeiro, assegurar a institucionalidade capitalista e destruir os resquícios feudais de nossa formação econômica e social e, com a vigência do capitalismo no continente, o desenvolvimento de suas forças produtivas e a agudização de suas contradições internas, construir, junto aos já formados e organizados operários da indústria moderna, um projeto de revolução socialista no continente. Todas estas etapas foram exaustivamente analisadas, sobretudo nas análises de conjuntura, cartas programáticas e resoluções destes partidos. Constitui aspecto central desta teoria – e desta prática – a aliança classista com os setores identificados como aqueles mais progressistas da burguesia – a burguesia nacional de pretensões industriais. São expressões desta estratégia de frente de classes contra os resquícios feudais e o imperialismo na América Latina a Frente Popular, no Chile, e a Aliança Liberal, no Brasil. A industrialização, por suposto, adquiriu um papel central nesta tarefa do desenvolvimento: ela teria a capacidade de modernizar as estruturas arcaicas de nossa formação social e econômica, de sobrepor o projeto da burguesia nacional ao projeto da burguesia comercial, atrelada esta ao imperialismo, e de criar as condições materiais para o desenvolvimento da classe operária e de seu programa de transição ao socialismo.

Há um conjunto de críticas que podemos estabelecer em relação a este ideário. Elas vão das falhas metodológicas (transposição da teoria de uma realidade à outra, adaptando a realidade latino-americana à teoria pré-existente, teorizando, portanto, às avessas – partindo da teoria ao fato concreto e não o inverso) às falhas teóricas (não identificação da função capitalista que aqueles fatores identificados como feudais cumpriram no mercado mundial), resultando por sua vez em falhas práticas de primeira importância (a aliança classista e a renúncia à autonomia e independência política do proletariado).

O intelectual brasileiro Caio Prado Jr, então integrante do Partido Comunista Brasileiro, escreve, ao ano de 1966, o livro *A Revolução Brasileira*, em que faz uma análise da história contemporânea brasileira e como ela produziu o regime militar. Por sua postura crítica às concepções teóricas e programáticas do PCB, o autor é marginalizado dentro do Partidão, que já retornara à ilegalidade com o golpe militar de 1964. Caio Prado Jr. criticara os postulados do PCB em sua essência, ou seja, não apenas se posicionou criticamente em relação às premissas teóricas, mas também, e principalmente, em relação ao método que dera origem a tais considerações. Denunciando que a vinculação à Terceira Internacional fazia do programa político do PCB um conjunto de interpretações dogmáticas e apriorísticas sem muita relação com a realidade concreta brasileira, Caio Prado Jr. define o enfoque teórico do Partidão como uma mera importação de conceitos e categorias próprios à uma realidade estranha à brasileira. Isto é, a teorização às avessas (a teoria ia do conceito ao fato concreto, e não ao contrário) resultava em uma profunda falha teórica, conferindo à industrialização na periferia a mesma função que ela assumiu no centro, em contextos históricos e espaciais profundamente

distintos. Esta falha teórica originava, portanto, uma limitação prático-revolucionária no partido e um desrespeito às categorias de tempo, espaço e realidade concreta. Partindo então da crítica ao método colonizado do PCB, Caio Prado critica também a tese de restos feudais, argumentando que tais eram apenas a roupagem de um sistema voltado ao mercado e, em especial, ao mercado estrangeiro. Isto é, não se pode definir como feudal um sistema que, embora tenha características como o trabalho escravo, o apresenta em paralelo ao assalariado, e mesmo tendo sua dimensão agrária identificada com o latifúndio e a monocultura, o apresenta precisamente como instrumentos econômicos para uma maior produção voltada ao mercado, ou seja, uma função capitalista. A outra tese, de uma burguesia comercial em contraponto a uma burguesia nacional, Caio Prado Jr. critica com a evidência de que ambas, e não somente a primeira, se associam com o capital estrangeiro pois somente desta forma encontram possibilidades de expansão e realização da mais-valia criada internamente, dado que o mercado interno é limitado.

Ou seja, o enfoque colonizado do PCB não corresponde ao real, pois parte de premissas metodológicas inadequadas (teorização às avessas), procura na sociedade brasileira restos feudais e classes sociais tais como haviam no capitalismo europeu e, por fim, preconiza um programa de aliança de classes e de revolução democrático-burguesa absolutamente incondizente com a realidade de um país dependente, em que suas elites nacionais são sócias do capital estrangeiro e, portanto, lucram com o imperialismo, além de não se contraporem às oligarquias rurais em razão do modelo econômico exportador” (MAGALHÃES, 2009, p.17-18).

Também a crítica de André Gunder Frank, nos livros *América Latina: Subdesarrollo o Revolución* (de 1969, em que destaca que o dever revolucionário na América Latina é destruir o capitalismo e não o feudalismo) e em *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina* (de 1970, em que retrata o mito do feudalismo tanto na interpretação marxista dos partidos comunistas como na interpretação burguesa dominante, que veremos a seguir), é incisiva e total.

Una fuente de confusión más significativa concierne a la verdadera naturaleza del sistema feudal y, lo que es más importante, del sistema capitalista. Cualesquiera que sean los tipos de relaciones personales que existan en un sistema feudal, lo determinante en él, para nuestro propósito, es que se trata de un sistema cerrado o débilmente ligado al mundo exterior. Un sistema feudal cerrado no sería incompatible con la suposición – aunque no se infiera necesariamente de ella – de que Brasil y otros países tienen una 'sociedad dual'. Pero esta condición cerrada – y la dualidad también – es totalmente incompatible con la realidad pasada o presente de Brasil. Ninguna región de Brasil, ninguna parte populosa seguramente, forma un sistema cerrado o siquiera históricamente aislado. Por tanto, nada de este sistema, en los aspectos más esenciales, puede ser feudal. Antes bien, Brasil, en su conjunto, por feudales que sus rasgos parezcan ser, debe su formación y su naturaleza actual a la expansión y desarrollo de un único sistema mercantil-capitalista que abraza (hoy con la excepción de los países socialistas) al mundo entero, incluido Brasil (FRANK, 1978, p.234-235).

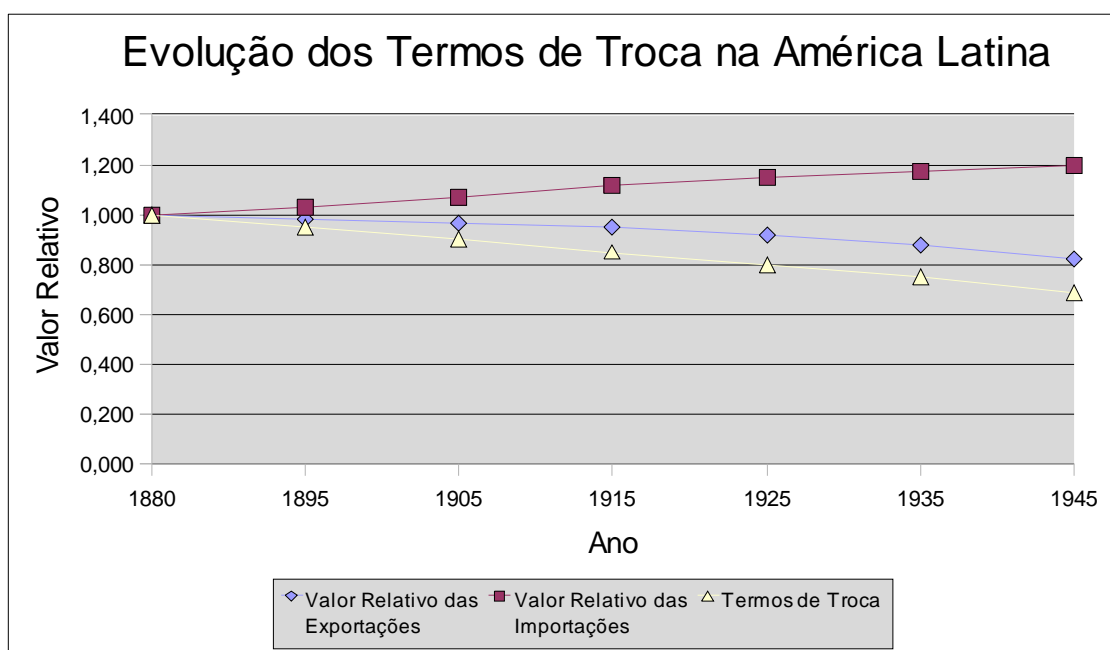
O que o formulário proposto pelos partidos comunistas vinculados à III Internacional Socialista identificava como restos feudais era, precisamente, a fachada geral da forma específica

com que nosso continente inseriu-se na divisão internacional do trabalho: produzindo bens-salários para o consumo metropolitano. No suposto da existência de uma divisão entre a burguesia nacional e a comercial, convém dissipar todo e qualquer mal-entendido histórico, afirmando o caráter classista de ambos e sua vinculação ao imperialismo e ao capital estrangeiro como forma de obter a tecnologia, ainda que obsoleta no centro do sistema, que lhe permita manter suas relações de dominação interna. O tensionamento das contradições de classe tendeu a mostrar, nos países latino-americanos, que a burguesia nacional não hesita em tomar partido do capital estrangeiro e dos países centrais. Também a histórica limitação dos projetos nacionais levados a cabo por ela são importantes demonstrações de que, a despeito de sua ideologia nacional, sua existência mesma e sua posição de dominação de classe interna só pode ser mantida através de sua vinculação íntima e orgânica à estrutura de poder da divisão internacional do trabalho.

Em 1947, é criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) dando início ao que podemos chamar, pela sua contribuição teórica ao estudo do subdesenvolvimento a partir sobretudo de uma intensa crítica aos supostos gerais da teoria do comércio internacional dominante (a teoria ricardiana das trocas de equivalentes e a teoria das vantagens comparativas, do mesmo autor), a Economia Política Clássica latino-americana. Através de autores como Raul Prebisch, Celso Furtado e Anibal Pinto, as razões do subdesenvolvimento da América Latina deslocaram-se para a forma específica de vinculação ao mercado mundial – raiz das desigualdades internas, sejam sociais, econômicas ou regionais. O tema do Estado também adquire uma importância destacadamente superior à que tinha no ideário de desenvolvimento dos P. Cs. Sua análise da dinâmica do desenvolvimento capitalista na região e seus principais problemas desvela, a partir de uma crítica aos princípios ricardianos das trocas internacionais, a vigência de persistentes deteriorações no termos de troca do comércio internacional latino-americano. Neste sentido, as substituições de importações seriam um importante elemento da superação destas perdas internacionais, dado que, pelo diagnóstico cepalino, elas seriam consequência da natureza primária dos produtos com os quais a América Latina se vincula ao mercado mundial. A industrialização, portanto, teria a capacidade de, alterando a natureza deste produto, permitir à América Latina uma nova inserção internacional. A industrialização permitiria ainda maior dose de integração produtiva interna, superando a identificada dualidade existente entre um setor agrário arcaico, de subsistência, e um setor urbano moderno, vinculado ao sistema capitalista mundial; precisamente daí vem o caráter regional dos projetos de desenvolvimento marcados pelo ideário cepalino.

Uma boa medida da dinâmica da deterioração dos termos de troca pode ser obtida através do gráfico abaixo:

Gráfico I – Deterioração dos termos de troca na América Latina (1880 – 1945).



Fonte: PREBISCH, XXXX

Esta realidade adversa poderia, como vimos acima, ser alterada pela industrialização, que modificaria as bases fundamentais da chamada inserção internacional da América Latina, ao passo que homogeneizaria a estrutura produtiva no continente. Esta crença rapidamente difunde-se à formação dos economistas e sociológicos, transformando o desenvolvimentismo na religião oficial do pensamento social e econômico dos anos 1950. O papel do Estado, o modelo de substituição de importações e a importância concedida ao capital estrangeiro são os três fatores fundamentais da ideologia desenvolvimentista aberta pelo projeto cepalino.

Ou seja, dada a concentração de nossa pauta exportadora em bens primários e de nossa pauta importadora em bens industrializados, a economia brasileira e a latino-americana auferem constantes perdas no mercado internacional: os termos de troca passam de 1,000 no ano base de 1880 para 0,687 no ano de 1945. Tal processo poderia, segundo o enfoque cepalino, ser revertido através de um processo de industrialização a partir do Estado e de modernização produtiva via substituição de importações. Tais alternativas seriam suficientes para levar ao desenvolvimento econômico, mediante alteração da natureza dos produtos envolvidos nas trocas internacionais.

Foi, entretanto, o próprio caráter desta industrialização que mostrou a limitação histórica da CEPAL e sua insuficiência em apontar uma alternativa efetiva ao subdesenvolvimento. Como vimos, a industrialização não representou o fim da dependência, mas sua qualificação sob outros contornos, como a fragilidade financeira que o processo de abertura econômica engendrou. Da mesma forma, o processo de modernização deu-se em concomitância à manutenção da concentração

de renda e, dado o padrão de financiamento centrado no capital estrangeiro, à transferência de valor (MAGALHÃES, 2009, p.19).

A realidade, no entanto, mostrou que, nas décadas seguintes, a industrialização não apenas não alterou as estruturas fundamentais do subdesenvolvimento como, ainda, aprofundou a desigualdade regional e a dependência da América Latina em relação ao centro do capitalismo mundial. O fracasso da industrialização em promover um desenvolvimento econômico e social de natureza distinta à daquele vigente até os anos desenvolvimentistas, serviram de base teórica e metodológica para o surgimento de outra teoria do desenvolvimento em nosso continente, qual seja, a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Importa destacar, a princípio, que a Teoria Marxista da Dependência guarda uma relação de crítica e síntese dialética em relação às teorias do desenvolvimento sócio-econômico anteriores. Esta relação, se identificada somente no âmbito teórico, não se revela em sua integridade, tendo em vista que o fundamental da crítica e da divergência da TMD em relação à interpretação dos P.Cs da CEPAL sobre o subdesenvolvimento repousa, substancialmente, sobre os corolários políticos das teses assumidas às classes trabalhadoras em sua luta por melhores condições de vida.

A respeito deste corolário político, a crença, por parte do ideário do P.Cs, num suposto caráter progressista da burguesia nacional, expresso em inúmeras resoluções do Partidão e radicalizada em sua política de aliança de classes, era o ponto fundamental a partir do qual a atuação e a ideologia do partido chocavam-se com os anseios de transformação particulares das classes trabalhadores. A aliança de classes no continente, como visto através das críticas de Caio Prado Júnior e André Gunder Frank, significou em última instância a submissão das razões populares às permissões burguesas – e o questionamento das estruturas sociais vigentes somente até o ponto em que isto não colocasse em xeque a posição de dominação social da própria burguesia. Significou, portanto, a esterilização do projeto popular de transformação econômica e social e sua sujeição ao jogo político específico da burguesia em sua luta por parcela maior do excedente nacional. Para as massas, todavia, o cenário econômico e político dos anos 1950 e início dos anos 1960 era de um agravamento da inflação – e de transferência, portanto, de riqueza do trabalho para o capital –, situação que lhe impunha um projeto próprio de organização e luta dos trabalhadores. Fazê-lo através do marxismo, e paralelamente retirar-se da aliança com a burguesia, requereu retirar o monopólio do marxismo das mãos dos partidos comunistas, e possibilitar com isso uma das mais criativas e rigorosas renovações internas pelo qual o marxismo latino-americano passou.

A ascensão do movimento de massas, que se advertia desde o final do governo de JK e se havia acelerado com a crise de agosto de 1961, se havia refletido no plano político de modo perturbador. O movimento de esquerda – que se dividia, até 1960, entre o PC e a ala esquerda do nacionalismo – sofreu várias divisões desde 1961.

Em janeiro desse ano se constituiu a Organização Revolucionária Marxista – mais conhecida como POLOP, em virtude de seu órgão de divulgação Política Operária – que se propôs a restabelecer o caráter revolucionário do marxismo-leninismo que o PCB traía. Essa ruptura do monopólio marxista até então nas mãos do PCB (à exceção da reduzida fração trotskista) era somente um sinal: em 1962 se produziu a divisão interna do Partido Comunista Brasileiro entre sua direção e um grupo do Comitê Central, constituindo-se os dissidentes em um partido independente, o PC do Brasil, tendo como porta-voz o jornal Classe Operária. No mesmo ano, Francisco Julião, em seu manifesto de Ouro Preto, chama à formação do Movimento Radical Tiradentes e inicia a publicação do jornal Liga, mas em outubro o MRT se divide. Surge, finalmente, a Ação Popular, iniciativa dos católicos de esquerda, que tem como porta-voz o jornal Brasil Urgente. Essa proliferação de organizações se completa com as correntes que se formam em torno de líderes populares, como Brizola e Miguel Arraes (governador de Pernambuco), e se reúnem na direção da Frente de Mobilização Popular, no Rio de Janeiro, que agrupa, além deles, as principais organizações de massas, como a CGT, o Comando Geral dos Sargentos, a União Nacional dos Estudantes, a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas, a Associação de Marinheiros. Neste parlamento da esquerda, o setor radical se opõe com uma força cada vez maior à ala reformista, encabeçada pelo PCB, no que se refere à posição a assumir diante do governo” (MARINI, 2000, p.39-40).

A Teoria Marxista da Dependência desenvolveu-se do primeiro grupo, qual seja, da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM – POLOP), significando, desde sua criação, uma crítica ao ideário etapista do partidão e o retorno ao marxismo de *O Capital* – e não do “marxismo” das instruções e manuais soviéticos –. O exílio de seus fundadores (Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos) em países como Chile, México, Estados Unidos e França possibilitou, de forma decisiva, o alargamento desta perspectiva e o contato crítico com intelectuais como André Gunder Frank, Paul Swezzy, Paul Barán, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Darcy Ribeiro, Samir Amin, entre outros.

A partir da crítica e da síntese dialética de muitos pontos presentes nas teorias do desenvolvimento anteriores, a TMD desvelou, segundo uma base teórica e metodológica rigorosa no marxismo, os mecanismos vigentes de transferência de valor da periferia para o centro que, ao passo que promoviam a obstaculização de um mercado interno de consumo indispensável para o desenvolvimento autônomo dos setores fundamentais da economia, por outro lado geravam ainda formas de super-exploração da força de trabalho para compensar a colocação subordinada e dependente na estrutura da divisão internacional do trabalho. O tema da industrialização, nos marcos da TMD analisada enquanto uma industrialização dependente, foi de fundamental importância para a avaliação crítica de que as estruturas responsáveis pelo subdesenvolvimento mantinham-se inalteradas, ao passo que o capital estrangeiro, isto é, a presença imperialista, recobrava sua participação perdida com a crise de 1930, recuperando com novo fôlego surpreendente – e sem as restrições devidas dado que o capital estrangeiro era visto justamente

como um fator de promoção do desenvolvimento – o seu domínio sobre as fontes de riqueza, os mercados de consumo e, sobretudo, a estrutura produtiva.

Com o fim da guerra da Coreia, também terminou esta lua-de-mel na América Latina. A expansão metropolitana neo-imperialista – agora através do capital e o comércio da corporação monopolista internacional – entrou de novo em pleno estímulo, reincorporou totalmente a América Latina ao processo de desenvolvimento capitalista mundial, e renovou seu processo de subdesenvolvimento. As tradicionais relações metrópole – satélite de troca de mercadorias manufaturadas por matérias-primas em condições cada vez mais desfavoráveis para América Latina, as crises e déficits das balanças de pagamento dos satélites, e os incessantes empréstimos compensatórios de emergência por parte da metrópole, recobram a sua velha importância. Mas agora estavam reunidos e agravados, e o subdesenvolvimento estrutural da América Latina aprofundou-se, pelo anseio neo-imperialista dos gigantescos monopólios de apoderar-se das indústrias manufatureiras e de serviços da América Latina e incorporá-las ao império privado do monopólio. Entretanto, as grandes massas latino-americanas empobreciam cada dia mais (FRANK, 1978, p.287).

A forma concreta específica da expansão imperialista em nosso continente foi o capital monopolístico, que, através da complacência dos sócios menores do imperialismo, as classes dirigentes latino-americanas, estruturaram um continente inteiro às exigências de valorização do capital, atrelando a América Latina ao domínio norte-americano através de uma política externa em que golpes de Estado e acordos desvantajosos à indústria nacional foram uma constante.

Nos últimos anos, os monopólios metropolitanos avançaram um passo mais neste processo de integração metrópole – satélite, associando-se com grupos industriais e/ou financeiros e ainda com instituições oficiais nas chamadas empresas mistas. Na América Latina, este processo é defendido como protetor dos interesses nacionais e ainda estimulado como indutor do processo econômico por aqueles que propõem – geralmente os sócios da 'grande burguesia' latino-americana que com ele se beneficiam, ou seus representantes (FRANK, 1978, p. 289).

Com efeito, estas transformações da economia mundial na segunda metade do século XX encontraram, como dito, uma América Latina que mantinha suas estruturas fundamentais do subdesenvolvimento. Nos dizeres correntes da época, a fusão do arcaico com o moderno deu-se através da arcaização do moderno, e a obstaculização, pela sistemática repressão do Estado e dos agentes da estrutura internacional de poder (OEA, ONU, BM, FMI etc), dos movimentos de libertação nacional e luta pelo socialismo. O que a TMD destacou desta dinâmica foi o seu caráter estrutural, expresso na objetividade da correlação de classes que sustenta o capitalismo dependente, e o significado, dadas as condições objetivas muito particulares do capitalismo latino-americano, da industrialização dependente.

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores; isso em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade do produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia por meio da maior exploração – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como a redução de salários mais além de seu limite normal. Em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça à custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário (TRASPADINI e STEDILE, 2005, p.172).

A industrialização dependente, então, reforça as estruturas do capitalismo dependente, aflora o caráter subordinado das elites dirigentes latino-americanas, e deixa claro que o tema do imperialismo ainda está na ordem do dia para a análise marxista do desenvolvimento capitalista na América Latina:

Internamente, a industrialização se expressa, em um país atrasado, na agudização de contradições sociais de vários tipos: entre os grupos industriais e a agricultura e os latifundiários exportadores; entre a indústria e a agricultura de mercado interno; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; e entre os grupos empresariais e a classe operária, assim como a pequena burguesia. A diversificação econômica é acompanhada, então, de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais, que opõem, em primeiro lugar, os setores de mercado interno aos de mercado externo e, em seguida, no coração dos dois setores, aos grupos sociais que os constituem. Nem sequer o capital estrangeiro investido na economia pode subtrair-se a essas contradições e apresentar-se como um bloco homogêneo: o que se investe nas atividades de exportação (Anderson Clayton, United Fruit) não tem exatamente os mesmos interesses que o que se aplica na produção industrial ou agrícola para o mercado interno (indústria automobilística) e reagirão de modo distinto, por exemplo, frente a um projeto de reforma agrária que signifique ampliação do mercado interno e crie, no campo, melhores condições de trabalho e de remuneração (MARINI, 2000, p.52-53).

O capital estrangeiro e a presença imperialista marcaram, portanto, a industrialização latino-americana, interferindo decisivamente nas relações de classe. A industrialização, que poderia, se desenvolvida em paralelo com a superação das características fundamentais do subdesenvolvimento, significar melhores condições de trabalho e de vida para as massas trabalhadoras do continente, obstaculizou, pelo contrário, a diminuição das desigualdades – sociais, de renda e regionais – incorporando crescentemente novos elementos como a apropriação das desigualdades de gênero e de raça para a elevação dos lucros. A acumulação pela via da super-

exploração da força de trabalho representou, portanto, o agravamento daquelas características fundamentais do subdesenvolvimento latino-americano.

O controle exercido desde então pelo capital estrangeiro ocasiona não fazer qualquer sentido a interpretação de que o imperialismo é uma categoria já ultrapassada no capitalismo contemporâneo. Pelo contrário, onde se lê globalização, interdependência, mundialização, internacionalização etc, esconde-se, em essência, a estratégia de ocultação dos fundamentos básicos com os quais os países centrais continuam operando a economia dos países periféricos. As últimas décadas têm mostrado que esta manutenção do imperialismo de forma alguma restringe-se ao comércio e à indústria, ocupando também a cultura, a educação e os meios de comunicação de massa. A submissão do intelectual colonizado representa um momento importantíssimo deste esquema, exigindo para sua análise um esforço e uma profundidade que, certamente, ultrapassa os limites deste artigo.

Finalmente, cabe dizer que a absoluta supremacia da sociologia metropolitana, por ela mesma decretada, implica a suposição da impossibilidade de ver surgir ao lado dela outra que a suplante em conteúdo e extensão de verdade ou a contradiga. Assim procedendo, o ilusionista das altas esferas, ao dar a impressão de não se sentir ameaçado em seu emprego e rendimentos, estipula implicitamente estar colocado no pináculo da história, no único ponto de onde é possível abranger o horizonte inteiro da realidade social e descrever o estado do resto da humanidade. Com este artilheiro veicula a interesseira insinuação de que aos canhestros ensaístas das áreas inferiores só cabe a atitude de ressoar as lições distribuídas do alto, ou, quando muito, esforçarem-se por enquadrar seu trabalho pessoal nos moldes ditados pelos 'cientistas' agrégios, únicos dotados de voz no plenário, por decisão dos mandamentos do imperialismo nos conciliábulos internacionais. Deste modo, fica dissipado da consciência dos estudiosos dos países subjugados o projeto de criarem algo que contenha sentido e valor originais, que profira verdades ainda não enunciadas, mesmo que seja a respeito de seu país, que naturalmente conhecem melhor que outro 'sábio' visitante. No máximo, a obra que fariam, dizem os corifeus do pensamento nobre de nascença, teria de convergir para o foco luminoso superior de onde lhe vem a luz que refletiria e sem cujo reconhecimento seria baldado o empenho de pensamento autônomo do intelectual independente. Esta é a mais grave consequência da indevida e desorientada hegemonia cultural dos países atualmente avançados. Fazem do seu estado, que sabemos ser histórico, e por isso transitório e arrastado pelo processo geral da evolução cultural da humanidade, um padrão absoluto, um ponto fixo, um centro de convergência, para o qual as tentativas dos subdesenvolvidos têm de tender, porquanto não há outro curso independente para suas relações intelectuais, se desejarem ver reconhecido o valor do que pensam (PINTO, 2008, p.280-281).

A presença imperialista em nosso continente não corresponde, reafirma-se, a um elemento restrito a seu passado: ela vigora atualmente, e de forma ainda mais profunda por tratar-se o presente momento de um período de crise capitalista internacional, no qual uma rápida análise do balanço de pagamentos dos países latino-americanos já é suficiente para percebermos a atualidade

da transferência de valor da periferia para o centro. O intelectual latino-americano não pode, portanto, eximir-se da tarefa de refletir sobre o capitalismo mundial, perceber a forma específica da vinculação de sua região nele, e como esta vinculação reforça, pela transferência de valor, o desenvolvimento nos países centrais e o subdesenvolvimento nos países dependentes. Na atual conjuntura de crise do processo de realização do capital, importa, também, refletir sobre como esta vinculação tem atuado como uma contra-tendência à queda da taxa de lucros, seja pela remessa crescente de lucros das empresas filiais instaladas nos países periféricos aos países centrais, seja pela exportação da super-exploração da força de trabalho através da migração internacional da periferia ao centro, seja pela transferência de valor do comércio intra-firma (através da qual a filial super-estima o preço de suas importações e sub-estima o valor de suas importações), seja pelo pagamento de assistência técnica à tecnologia estrangeira, entre outras múltiplas formas de se enviar recursos aos países centrais.

Mas não basta apenas um ponto de vista anti-imperialista: é preciso que este seja classista, anti-capitalista. À América Latina, a dominação nacional soma-se à dominação de classe, estando as duas indissociavelmente ligadas na forma específica com que o capitalismo se desenvolveu em nosso continente. Isto implica refletir criticamente sobre como a vinculação dependente às estruturas da divisão internacional do trabalho condiciona as relações internas de classe. Esta dialética, para o programa de revolução socialista na América Latina, abre duas perspectivas: o inimigo imediato e o inimigo principal das classes trabalhadoras.

O inimigo imediato da libertação nacional na América Latina é, taticamente, a própria burguesia no Brasil, Bolívia, México etc, e a burguesia local nas zonas rurais. Assim é, inclusive na Ásia e na África –, não obstante que estrategicamente o inimigo principal seja, inegavelmente, o imperialismo.

A estrutura de classes latino-americana foi formada e transformada pelo desenvolvimento da estrutura colonial do capitalismo mundial, desde o mercantilismo ao imperialismo. Através desta estrutura colonial, as sucessivas metrópoles ibérica, britânica e norte-americana tem submetido a América Latina a uma exploração econômica e dominação política que determinam sua atual estrutura classista e sócio-cultural. A mesma estrutura colonial se estende dentro da América Latina, onde as metrópoles submetem a seus centros provinciais, e estes aos locais, a um semelhante colonialismo interno. Posto que as estruturas se interpenetram totalmente, a determinação da estrutura de classes latino-americana pela estrutura colonial não significa que as contradições fundamentais na América Latina sejam 'internas'. O mesmo vale para Ásia e África.

Hoje, a luta anti-imperialista na América Latina tem que fazer-se através da luta de classes. A mobilização popular contra o inimigo imediato de classe a nível local e nacional gera um confronto com o inimigo principal imperialista, mais forte que a mobilização anti-imperialista direta; e a mobilização nacionalista por meio da aliança política das 'mais amplas forças anti-imperialistas' não desafia adequadamente o inimigo imediato classista e em geral todavia nem sequer resulta

na verdadeiro e preciso confronto com o inimigo imperialista (FRANK, 1973, p.327).

Os inimigos da classe trabalhadora nascem de um mesmo processo: o desenvolvimento desigual do capitalismo. É este oriundo, segundo acertadamente Ernest Mandel advertiu, do desenvolvimento desigual das frações do capital, e entre este e o trabalho. Confrontar um deve necessariamente significar enfrentar a ambos, pelo contrário trata-se de aliança classista, efêmera e não representativa das reais necessidades da classe trabalhadora. Como assinala Gunder Frank, “vários fracassos da revolução socialista e anti-imperialista devem ser atribuídos à excessiva ênfase em um inimigo estrangeiro com exclusão do doméstico e local” (FRANK, 1973, p.329). Qualquer interpretação dual ou simplista sobre o imperialismo e sua representação classista na estrutura social da economia dependente tende a se transformar em um problema prático-programático, dando, incluso, vazão às alianças com a burguesia. Por tal razão, estabelecer a crítica ao imperialismo nos dias atuais requer uma análise acurada das estruturas sociais de classe e de como elas comportam-se à luz do elemento externo. O recurso teórico e metodológico da Teoria Marxista da Dependência permite desfazer-nos de qualquer crença a respeito de um suposto caráter progressista da burguesia latino-americana, e eliminar também as ilusões referentes a seu projeto nacional-desenvolvimentista. Isto é especialmente importante atualmente, em que o chamado novo-desenvolvimentismo tem, por um lado, abocanhado boa parte da esquerda brasileira em sua defesa ideológica e, por outro lado, oferece desafios teóricos e metodológicos à crítica ao projeto a partir dos marcos da TMD. Este novo-desenvolvimentismo, depois de uma longa e tenebrosa sucessão de ondas de modernização dependente neo-liberais na América Latina, volta a configurar-se como a “religião oficial do terceiro-mundo”, tendo inclusive repercussões internacionais nada desprezíveis. O quadro não é muito distinto daquele verificado nos anos 1950. Seus resultados virão necessariamente a intensificar, com a compreensão pelas classes trabalhadoras do caráter capitalista e de classe do projeto “nacional”, a luta de classes, exigindo da esquerda latino-americana uma postura radicalmente diferente daquela, em especial no caso brasileiro. Estará esta esquerda à altura do desafio histórico que se avizinha?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In:

ALTVATER, Elmar (et. al.). *História do Marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ARICÓ, José. *La hipótesis de Justo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

BOSI, Alfredo. A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui. *Estud. Avançados*, 1990, vol.4, n.8, pp. 50-61.

DI TELLA, Torcuato S. Apresentação. In: JUSTO, Juan. *Socialismo e organização política*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

FERNANDES, F. Prefácio. In: MARIÁTEGUI, J.C. *Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

FRANK, André Gunder. *América Latina: Subdesarrollo o Revolución*. Ciudad de México, D.F: Ediciones Era, 1973.

FRANK, André Gunder. *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*. Ciudad de México, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

GALLEGO, Marisa et al. *Historia Latinoamericana: 1700 – 2005, Sociedades, Culturas, Porcesos Políticos y Económicos*. Ituzaingó, Argentina: Editorial Maipue, 2006.

LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Ábramo, 1999.

MARIÁTEGUI, J.C. *Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARTI, José. *Nuestra América*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977.

PINTO, Álvaro Vieira. *A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.

SANTOS, Fabio. L. B. A Hipótese de Aricó: Juan B. Justo e a revolução burguesa na América Latina. In: CASTRO, Ana B.; GRAMAGLIA, Paola; LARIO, Sandra. (Org.). *Interstícios de la política y la cultura latinoamericana: los movimientos sociales*. Córdoba: Secretaria de Ciencia y Técnica de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional, 2011, v. 1, p. 175-182.

STÉDILE, João Pedro, TRASPADINI, Roberto. *Ruy Mauro Marini, Vida e Obra*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

VITALE, Luís. *Interpretación Marxista de la historia de Chile: De semicolonía inglesa a semicolonía norteamericana (1891-1970)*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1980.